

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pastoral Carcerária Padre Macedo, da Região Episcopal Brasilândia, que tirou as vendas de meus olhos quando eu ainda era uma estudante de Jornalismo, possibilitando que eu conhecesse a realidade dos presídios paulistas, daquilo que acontece às margens da sociedade. Obrigada aos agentes desta pastoral dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que dão exemplos de humanidade e cidadania em um sistema tão complexo e criminalizado como o penitenciário. Com vocês aprendi que o próprio Cristo foi preso.

Obrigada às juízas Kenarick Boudjikian e Sonali da Cruz Zluhan, que de modo especial marcaram este trabalho. Obrigada aos defensores públicos, agentes penitenciários, defensores de direitos humanos, soldadas e soldados, coronéis, homens e mulheres presas, por confiarem suas versões desse sistema que a mim parece não ter solução. Obrigada pelo café ou chimarrão, pela sinceridade, por sua história.

Obrigada ao amigo padre Eduardo Delazeri, que se tornou motorista em uma via-sacra que se estendeu por sua terra no Sul. Obrigada a meu marido, parceiro desta vida,

Felipe Rabello, por compreender a minha paixão pelo jornalismo e apostar junto comigo que o acesso a essas histórias pode minimizar a intolerância e a desinformação em nosso país. Um agradecimento especial a Ivete Santos, por ser minha correspondente especial na Vila Iório e me fazer enxergar e descobrir o fio condutor deste livro ali, na mesma viela em que eu – por vezes – brinquei quando era criança. A Lúcia, mulher, mãe que, sem ter culpa, paga uma pena sem fim, muito obrigada. Sua liberdade chegará!

*“O grau de civilização de uma sociedade
pode ser medido entrando em suas prisões.”*

Fiódor Dostoiévski

NOTA DA AUTORA

No dia em que decidi iniciar estas páginas estava a caminho de uma pauta no interior de São Paulo. Era agosto de 2017. Esperava o ônibus na plataforma da maior rodoviária do país com um café aguado numa das mãos e um tanto de sonhos e frustrações na outra. Acabara de ser demitida. Entre um gole e outro do café que esfriava vi caminhando até mim um rapaz de havaianas azuis, calça cáqui e camiseta branca. Parecia ter uns 26 anos, no máximo. Tinha tatuagens pelo corpo perdido naquela plataforma e um cabelo passado na máquina bem baixinho.

Ele veio até mim. Sem acanhamento algum, me perguntou a hora. Passei a informação. Não me recordo que horas eram, mas era cedo. Ele agradeceu com um sorriso e vi que seus dentes estavam estragados. Educado, despediu-se e continuou a caminhar pela plataforma entre os diversos portões que davam acesso aos embarques, como se estivesse procurando um destino, assim na sorte, na intuição. Tinha consigo apenas uma sacola plástica e um papel que tomava cuidado para não amassar. Imaginei ser um alvará de soltura, objeto de desejo daqueles que adentram o sistema carcerário.

Imaginei mais, que ele pudesse entrar por uma daquelas portas e iniciar uma nova viagem sem praticar ou viver nenhum tipo de violência. Entrei no meu ônibus com destino certo. Sentei na poltrona vazia e abri meu bloco de notas. Iniciei ali este livro, que espero provoque em você, leitor, reflexões, angústias e esperanças sobre os rumos de uma sociedade que cria sua própria violência e a confina de tal modo a alimentar o crime, hoje mais organizado e articulado do que o próprio Estado.

1.

O PESO DO JUMBO

Lembro-me bem da primeira vez em que atravessei aqueles muros. O ar suspenso, o barulho das trancas, o cheiro úmido desagradável, o nó no estômago, a garganta seca. O silêncio. Os gritos. Hoje tudo é dramatizado por séries de *streaming*, mas nada substitui a experiência que fundamenta minha ideia de que quem entra ali sai diferente. Eu saí.

Lucia também. Ela acordou cedo naquele dia em que a acompanhei. Às 3h30. Tomou seu banho, um café e vestiu o uniforme de todo dia de visita à filha: camiseta, saia e havaianas, roupas sem nenhum tipo de metal para facilitar a entrada na Penitenciária Feminina da Capital paulista. Estava escuro, e a viela em que mora, silenciosa. Foi ali que a encontrei com duas sacolas grandes, uma das vasilhas grandes com a refeição do domingo para as duas e na outra um bolo de cenoura com cobertura de chocolate. “A Aline adora esse bolo”, contou.

Maria Lucia do Nascimento, 63 anos, tinha ido dormir tarde na noite anterior, organizando a refeição que compartilharia com a filha. É assim há cinco anos. De quinze em quinze dias, ela visita a filha no sistema prisional levando seu carinho e sua saudade, além do jumbo que mantém

Aline alimentada e com algum conforto. “Gasto cerca de trezentos reais de uma a duas vezes por mês. Graças a Deus minha outra filha me ajuda para comprar os meus remédios, porque tenho apenas minha aposentadoria para me manter e manter a Aline no presídio”, disse a senhora que reserva 10% de seu único salário de aposentada para o dízimo. Ela é membro da Assembleia de Deus e dessa igreja recebe uma cesta básica.

“O dízimo é sagrado, e nunca me faltou nada”, contou-me, enquanto esperávamos o primeiro dos três ônibus que pegaríamos até chegar ao presídio na região Norte de São Paulo. A lista do jumbo, Lucia sabe de cor: “Meio quilo de bolacha, 500 gramas de leite, 500 gramas de Nescau, uma manteiga de 280 gramas, quatro rolos de papel higiênico, meio quilo de sabão em pó, duas barras de sabão, um detergente, uma pasta de dentes, dois sabonetes, dois pacotes de absorvente, uma escova de dentes, toalha, dois lençóis, duas fronhas, um chinelo havaiana, vassoura, rodo e pano de chão que eu reponho quando precisa”.

No jumbo de Aline, há na lista ainda dois pacotes de salgadinho e uma lata de leite condensado que a mãe leva para a filha, que não consegue se alimentar adequadamente no presídio.

“Menina, tem barata, caco de vidro no arroz. Aline desde pequena é difícil pra comer e neste lugar ela não come nada”, lamentou Lucia, que, ao longo de cinco anos, recebeu uma única vez 150 reais do pai de Aline para ajudar nas despesas do jumbo, que é o nome popular dado, no estado de São Paulo, a um *kit* entregue pelos familiares a seus parentes presos. Como dito por Lucia, nele há uma série de itens para alimentação e higiene pessoal.

O jumbo de Lucia é pesado. “De um certo modo, eu também estou presa.” Ela nunca cometeu um delito. Nunca

tráfico, nem sabe distinguir maconha de cocaína ou qualquer outra droga, mas tem pagado o preço e carregado o peso de quem cometeu um delito. Ela vive na Vila Iório, um bairro na zona Noroeste de São Paulo, em uma viela fechada para carros, onde as crianças costumam bater bola durante o dia até os vizinhos pedirem que a brincadeira pare.

Ali mesmo, na viela, Lucia pinta seus cabelos com a vizinha Tania, cujo filho também está preso, e leva sua vida como tantas outras brasileiras. Ou levava. É tímida e não gosta de falar de si. Tem vergonha. Mora em uma casa grande cor-de-rosa com portões pintados de branco descascados pelo tempo, cujos varais estão sempre ocupados.

Foi também naquela viela que Aline, sua filha, cresceu. Por ali brincava de boneca, esconde-esconde, até chegar à adolescência e conhecer seu namorado e um mundo distante da mãe. Foi presa em 2014, ao lado do namorado, que passava drogas em baladas na Vila Madalena, região boêmia de São Paulo. Era o primeiro namorado sério. Dita como traficante, jovem, negra, aos 24 anos entrou para o sistema prisional. “Quando ela começou a namorar esse rapaz abandonou os amigos. Ela me dizia que ele era professor de jiu-jítsu. Ele foi em casa, nós o conhecemos no aniversário da minha netinha. Foram seis meses de namoro e aconteceu. O policial disse que na balada ele fornecia drogas. Aline estava junto com ele, mas ela não é traficante. Aline nunca usou drogas, só bebia uma cervejinha”, contou dona Lucia, entre um gole e outro de água, enquanto esperávamos o segundo ônibus ainda na escuridão da madrugada.

Para visitar a filha, Lucia chegou a se submeter à revisão vexatória, proibida no país por meio da lei 13.271/2016 e que agora veda a prática em empresas públicas e privadas, inclusive presídios. A norma prevê multa de 20 mil reais em

caso de descumprimento, a ser revertida a órgãos de proteção dos direitos da mulher.

A revista vexatória foi uma das bandeiras das gestões da Defensoria Pública do estado de São Paulo que estiveram no Núcleo Especializado de Situação Carcerária em 2012. “Antes da edição da lei, você tinha com base na Constituição uma argumentação que era robusta, mas não tinha tanta aceitação, não tinha a lei. Às vezes, a Constituição não basta. A partir da edição da lei começaram a ser propostas algumas indenizações. Hoje você já tem os escâneres corporais instalados. Eu vejo como uma vitória. Melhoraram as condições das pessoas que vão até os presídios”, disse o defensor público Thiago de Luna Cury em longa entrevista feita na sede da Defensoria, na capital paulista.

Mas essa não é a realidade em todo o sistema prisional. “A primeira coisa que a gente faz quando entra para a revista íntima é tirar a roupa, fica só de calcinha e sutiã. Uma vez eu estava menstruada e tive que tirar a calcinha. Fiquei morta de vergonha. A desculpa é que já houve casos de mulheres flagradas com coisas ilícitas”, contou a vendedora Maysa Mayane Barreto dos Reis, 29 anos, à jornalista Euzeni Datra.

Maysa ia visitar o companheiro no Presídio de Salvador, no Complexo Penitenciário do Estado da Bahia, na Mata Escura. A revista ainda é feita com auxílio de banquetas e detectores de metais. “No entendimento da Defensoria Pública, a revista feita dessa forma se caracteriza como vexatória porque expõe muito a pessoa. Por mais que as revistas nas mulheres sejam feitas por agentes femininas, é uma exposição muito grande. O escâner humano é o que se deve ter em uma unidade prisional”, afirma a defensora Helaine Pimentel a Euzeni Datra.

Em sua apuração, Euzeni destacou a afirmação do superintendente da Secretaria de Administração Penitenciária

(Seap) do Estado da Bahia, major Júlio César Santos, de que a orientação dada aos agentes é que usem os equipamentos disponíveis sem retirar o vestuário. Ele disse ainda que escâneres humanos devem ser instalados em algumas unidades prisionais no início de 2019, inclusive no Complexo da Mata Escura.

Em São Paulo, estado com a maior população prisional do país, a proibição à revista foi determinada em 2014 pela lei n. 15.552 e só anos depois foi de fato aplicada, mas a Defensoria Pública local verifica outros problemas, como a exposição contínua de visitas e agentes penitenciários à radiação emitida pelo *body scanner*. O aparelho gera imagens em tempo real, com qualidade que permite ao operador detectar objetos metálicos e não metálicos que podem estar sendo transportados pelas visitas ou até agentes penitenciários em desvio de função do cargo.

Segundo o Conselho Nacional de Radiologia, o aparelho é altamente radioativo e necessitaria de um técnico para analisar constantemente o nível da radiação e o seu funcionamento em geral.

É pelo escâner, aparelho muito parecido com aqueles pelos quais os passageiros atravessam nos aeroportos, que Lucía passa toda vez que precisa visitar Aline.

Com equipe de reportagem ou com a Pastoral Carcerária nunca passei pela revista vexatória. Nas inúmeras vezes em que entrei em presídios ou unidades da Fundação Casa em São Paulo, fui acompanhada por agentes da Pastoral Carcerária ou por advogados que realizam trabalhos voluntários no sistema penitenciário, ou até mesmo pela própria assessoria de imprensa da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

Não passei por constrangimentos graves, mas o clima já ficou tenso, quando, por exemplo, esqueci de usar *top* no

lugar do sutiã e o identificador de metais apontava que eu levava algo no meu corpo.

“É o sutiã dela, com certeza”, gritou um funcionário. Irritado, o diretor de disciplina olhou feio para a coordenadora da Pastoral, dona Rosa Pereira de Lima, dando uma bronca. “Vocês não ensinam como proceder?”, disse, irritado. Ali, para o funcionário, eu não era uma jornalista e sim mais uma agente da Pastoral Carcerária, no caso de Guarulhos.

Envergonhada pelo erro, mas observando o trato do agente do Estado, fui levada até o *body scanner* para atestar que o que chamava a atenção do detector de metais era de fato apenas o aro do sutiã. Estava apenas de meia, calçando um par de havaianas antigo, propriedade da unidade prisional. O diretor de disciplina me orientou a segui-lo. Segui. Cheguei a uma espécie de vestiário, onde mulheres e crianças estavam sendo revistas. Crianças de colo inclusive. Era mais um dia comum nesse mundo paralelo do sistema prisional.

Subi na esteira do *body scanner*. “Não se mexa e abra as pernas”, disse a agente penitenciária de dentro de uma cabine filmada e de frente à esteira onde eu estava parada com as mãos abertas e para cima. Ela monitorava a máquina e o meu corpo. “É o sutiã. Senhora, da próxima vez venha de *top*, tudo bem?”, orientou-me a agente séria e educada. “E fica de olho nessa aliança aí. É de ouro. Vai entrar com ela?”, me perguntou.

Entrei com a aliança. Em outro momento, há mais de dez anos do momento em que escrevo essas palavras, em uma unidade prisional em Franco da Rocha, também em São Paulo, estava de calça *jeans*, camiseta e tênis, um uniforme meu de apuração em presídios. Não existiam escâneres. Eu passava por um raio X para ingressar no presídio e ele apitava. “É a sua calça, vai ter que tirar”, disse um funcionário meio bravo.

“Não tenho outra peça de roupa”, argumentei. “Então não vai entrar. Está apitando. Tem algo aí.” Nervosa e pensando em como sustentar minha pauta, recebi um recado baixinho de outro funcionário. “Moça, coloca a mão na frente do botão da sua calça e passa de ladinho no raio X.” Segui o comando. Atravessei o raio X e nada apitou. Ali, naquele dia, com meus vinte e poucos anos, entendi que entra quem querem e como querem em uma unidade prisional.

Foi constrangedor, mas nada comparável ao que dona Lucia e outras tantas mulheres passaram e passam. “É muita humilhação. Ficamos peladas e temos que agachar para trás, para a frente. É muita humilhação. Tudo é muito triste e desgastante. O alimento que levamos para nossas filhas é verificado com a mesma faca que já passou em outras refeições, pura falta de higiene, e em dias de chuva, ficamos na porta do presídio [Feminino da Capital] esperando o horário debaixo de chuva, mas não podemos entrar molhadas. Então é tudo muito desgaste”, disse lembrando.

A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) possui uma regra para tratamento tanto dos visitantes quanto dos presos, contida em um tipo de cartilha de “direitos e deveres”. Nela é bastante elevado o grau de discricionariedade dos funcionários em cada unidade prisional, ou seja, tudo depende da decisão desses funcionários.

A pessoa que deseja visitar um familiar nas unidades prisionais do estado deve solicitar ao preso que seu nome seja incluído em seu rol de visitas. E esse processo normalmente é demorado, porque é necessária a confecção de uma carteirinha de visitante, uma entrevista com o serviço social da unidade e a autorização das áreas de segurança e disciplina. Apenas parentes de até segundo grau (pai, mãe, irmão, filhos, netos, avô, avó) do preso e seu cônjuge com comprovado vínculo afetivo podem realizar as visitas.

Segundo a SAP, essas visitas têm a finalidade de “preservar e estreitar as relações do preso com a sociedade, a família, a companheira e os parentes, sob vigilância e com limitações, ressocializando-o e reintegrando-o de forma espontânea ao âmbito familiar e comunitário quando do cumprimento da pena”.

Em seu site institucional, a SAP não cita que a visita tem o objetivo de preservar os laços da mulher presa com seu companheiro, aderindo à realidade que vemos nas filas dos presídios, de que elas são a maioria nas portas das cadeias e, mesmo enfrentando adversidades e constrangimentos, ainda assim continuam a se relacionar com seus entes. É comum as mulheres visitantes se chamarem de “guerreiras” entre si ou mulheres com “proceder de guerreiras”.

Essas mulheres são de todas as idades e muitas delas acompanhadas de crianças (seus filhos ou netos). São corajosas. Além dos constrangimentos, perdem parte de suas vidas sociais em deslocamentos, filas e endividamento. É o peso do jumbo. Conheci algumas delas na porta da Penitenciária Feminina da Capital quando chegava acompanhada por Lucia, depois de três ônibus e uma caminhadinha de vinte minutos a partir do terminal de Santana. O dia já estava claro e fresco. Eram 6h20. Eu dividia o peso do jumbo de Lucia e a imaginava caminhando sozinha pelas ruas na madrugada.

Na porta do presídio, uma fila informal já se formava. Uma moça de cabelos longos anotava o nome de quem chegava. Vendia refrigerantes, alugava peças de roupa e chinelos para que a visita desavisada não perdesse a viagem. Lucia compra o refrigerante para Aline no concorrente da moça, que faz um valor mais barato e ainda segura a sacola de plástico leitoso que não pode entrar no presídio.

Lucia era a nona na fila composta por mulheres, pais e companheiros. Uma menina de nove anos que estava na fila

me chamou a atenção. Cabelo lisinho, sapeca e sorridente, ela visitava a mãe pela primeira vez junto à avó. Não a via fazia três anos. “Meu coração está na boca. Estou muito feliz”, disse a menina, olhando para a avó, bastante emocionada. As duas vinham de Itupeva, no interior de São Paulo, para a visita. Era a primeira vez delas em um presídio. Enquanto esperava, Lucia investigava como eram os presídios do Butantã, para onde possivelmente Aline seria transferida. Teve a resposta indesejada de uma colega da fila: “Ali, minha irmã, é um inferno. É tudo pior. As regras são diferentes. Feijoadá não entra, sorvete não entra. Não entra sacola branca, é só a transparente”, disse uma senhora divertida que estava ali para visitar a filha também.

“Nossas filhas estão vivas. Vamos pedir a Deus que olhe por elas. Ele conhece o coração delas. Essa é uma fase, e depois da tempestade vem o sol, vocês vão ver”, disse mais uma mãe na fila, que caminhou. Lucia passou para o lado de dentro do portão do presídio e despediu-se com os olhos e depois com um abraço forte. “Deus te abençoe, minha filha, agora vá tomar um café.” Segui por aquela avenida sozinha entre meus pensamentos. Cortei caminho pelo Parque da Juventude, um espaço imenso e arborizado que substitui o Complexo Presidiário do Carandiru.

Passei pelo monumento “Sonho de Liberdade”. Ali, no local onde se encontrava o Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, Carandiru, 111 presos foram mortos pelo Estado.